

Deputado Pronunciou-se sobre o Orçamento de Estado para 2009

Rigor e contenção satisfazem Miguel Laranjeiro

Elsa Araújo

earaujo@guimaraesdigital.com

O Deputado do Partido Socialista na Assembleia da República já se pronunciou sobre o Orçamento de Estado para 2009. Miguel Laranjeiro fala de um documento que se pauta pelo rigor orçamental e que, em tempo de contenção, não deixa de ter um reforço no investimento para as funções sociais.

Um Orçamento com “rigor orçamental”, é assim que o Deputado vimaranense na Assembleia da República classifica o Orçamento de Estado para 2009. Em conferência de imprensa, Miguel Laranjeiro pronunciou-se sobre o documento para destacar que este mantém toda a política “de contenção orçamental, de rigor no que diz respeito ao défice, já que se trata do défice mais baixo de sempre. E tem em conta o panorama internacional e as dificuldades financeiras que o Mundo está a viver”. Assim, o Parlamentar considera que as opções estratégicas deste Orçamento de Estado se destacam, essencialmente, pela ajuda às empresas, por um



lado, e, por outro, ajuda às famílias e às pessoas. Concretamente sobre as empresas, “um domínio muito importante para o nosso Concelho”, apontou a descida do IRC, a descida dos pagamentos por conta e a criação de uma nova linha de crédito para as PME’s no valor de mil milhões de euros, para além de outras, como sejam “a aposta na educação, na formação, na ciência e na tecnologia”.

No que diz respeito às famílias, Miguel Laranjeiro destacou no Orçamento de Estado para 2009 “o reforço das medidas já existentes, nomeadamente, o Complemento Solidário para Idosos com um aumento da dotação para este efeito”, mas também o Rendimento Social de Inserção com uma “promoção na inserção das pessoas no mercado laboral e

inserção social, há um aumento na acção social escolar triplicando o número de famílias e de jovens abrangidos, e há um aumento do salário mínimo nacional para os 450 euros”. Mediante isto, o Deputado socialista entende que o Orçamento de Estado para 2009, além do rigor e da contenção, teve também “um reforço das funções sociais. Mesmo havendo contenção em termos financeiros, houve uma preocupação em que as funções sociais tivessem um enquadramento positivo e um crescimento em termos reais”.

A ocasião foi aproveitada também para Miguel Laranjeiro falar do PIDDAC, referindo desde logo que o Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central tem hoje uma valorização

“muito inferior ao que tinha há uns três anos atrás”. Ou seja, há um conjunto de obras e de investimentos que já não estão no PIDDAC como acontece com as obras das estradas “porque a Estradas de Portugal tem hoje uma concessão que responde por si só”, está de fora também o Programa Pares, assim como as obras nas escolas secundárias à semelhança das EB 2, 3 que ainda recentemente se viram transferidas, a nível de competências, para as autarquias. Portanto, o Parlamentar defende que “se fala muitas vezes do PIDDAC mas sem este enquadramento. Um deputado da oposição fazia precisamente alusão ao facto das escolas não estarem contempladas em PIDDAC, mas o facto é que não têm que estar”, esclareceu.